

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.330 - SP (2019/0104917-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : MARCIAL HERCULINO DE HOLLANDA FILHO - SP032381
LUÍS FERNANDO DE HOLLANDA - SP228123
AGRAVADO : INDUSTRIAS GERAIS DE PARAFUSOS INGEPA LTDA. EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA E OUTRO(S) -
SP104016

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

- 1. Cumpridos os requisitos de admissibilidade do recurso especial, dou provimento ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial para melhor exame da controvérsia.*
- 2. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO SAFRA S A, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "a", e, "c", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em suas razões, a parte recorrente infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 291/300).

No recurso especial, o banco recorrente alega ofensa ao artigo 550, §5º, do Código de Processo Civil/2015, além de divergência jurisprudencial.

Defende, em síntese, que o recurso cabível contra decisão proferida em primeira fase na ação de prestação de contas continua sendo a apelação.

Pede o provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra

Superior Tribunal de Justiça

decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Diante da relevância do tema versado, impõe-se a conversão do presente agravo em recurso especial, para melhor exame da controvérsia.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial.

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator